



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-553-2 DOI 10.22533/at.ed.532192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INSERÇÃO DA INFORMÁTICA NA FORMAÇÃO DE CURSOS DE LICENCIATURA NO SERTÃO PARAIBANO	
Vitor Abílio Sobral Dias Afonso Lilian Maria Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921081	
CAPÍTULO 2	14
A IOT NAS BASES TECNOLÓGICAS: OPORTUNIDADES DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS A JOVENS E ADULTOS	
Romeu Afecto Jane Cardote Tavares Adriana Aparecida de Lima Terçariol	
DOI 10.22533/at.ed.5321921082	
CAPÍTULO 3	25
A PRÁTICA EDUCATIVO-PROGRESSIVA AUTÔNOMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA NO ENSINO DA DISCIPLINA CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS	
Alexandre César Batista da Silva Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Elyrouse Cavalcante de Oliveira Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921083	
CAPÍTULO 4	37
AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA APRENDIZAGEM COMO INDICADOR DA QUALIDADE EDUCACIONAL	
Ubaldo de Jesus Fonseca Mário Marcos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.5321921084	
CAPÍTULO 5	49
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS AGRURAS NO ATUAL CONTEXTO EDUCACIONAL	
Ivete Janice de Oliveira Brotto Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes Rosane Toebe Zen Tatiana Marchetti	
DOI 10.22533/at.ed.5321921085	
CAPÍTULO 6	60
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – UMA TRAMA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO	
Luciana Cordeiro Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.5321921086	

CAPÍTULO 7	74
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA- SAEB	
Mirian Souza da Silva Cleudilanda Paula Pimenta Maria Dulciléa Bezerra Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.5321921087	
CAPÍTULO 8	86
BASES TEÓRICAS DA INFORMÁTICA EDUCATIVA NA ESCOLA BÁSICA	
Cinthy Maduro de Lima Dinair Leal da Hora	
DOI 10.22533/at.ed.5321921088	
CAPÍTULO 9	98
CIDADANIA PLANETÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ	
Ana Cláudia Farias Gomes Brena Samyly Sampaio de Paula Nery Lourdes Braz de Sousa Renata Faustino dos Santos Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5321921089	
CAPÍTULO 10	105
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Angélica Tommasini Luciane Inocente Ana Sara Castaman	
DOI 10.22533/at.ed.53219210810	
CAPÍTULO 11	115
CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À CRÍTICA AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Rodrigo Simão Camacho Bernardo Mançano Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.53219210811	
CAPÍTULO 12	137
CURRÍCULO ESCOLAR FREIREANO: POSSIBILIDADE DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NEGRA	
Ana D'Arc Martins de Azevedo Ivanilde Apoluceno de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210812	
CAPÍTULO 13	149
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE: ENFRENTAMENTOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Dejacy de Arruda Abreu Ozerina Victor de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210813	

CAPÍTULO 14	161
DIFICULDADES PARA INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM SALA DE AULA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adonias Guimarães de Santana Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210814	
CAPÍTULO 15	174
DISCURSO NA LITERATURA INFANTIL E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	
Aguinaldo da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210815	
CAPÍTULO 16	184
DOCÊNCIA NO BRASIL – POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDOS NA RBEP (1944 A 1946) AOS ATUAIS	
Maria Dulciléa Bezerra Chaves Mirian Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210816	
CAPÍTULO 17	196
EDUCAÇÃO DOMICILIAR: UM DESAFIO PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Natanael Pereira da Silva Sônia Regina Basili Amoroso	
DOI 10.22533/at.ed.53219210817	
CAPÍTULO 18	209
EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Juliana Maria Queizi	
DOI 10.22533/at.ed.53219210818	
CAPÍTULO 19	218
EMPREENDEDORISMO INTERDISCIPLINAR: DA ACADEMIA AO MUNDO PROJETOS DE ENSINO E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Gilson Luiz Rodrigues Souza Tiago Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210819	
CAPÍTULO 20	227
ESTÉTICAS TECNOLÓGICAS, PERCEPÇÕES SENSÍVEIS E ARTE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO	
Aliana França Camargo Costa Ana Lara Casagrande	
DOI 10.22533/at.ed.53219210820	
CAPÍTULO 21	236
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES ADOLESCENTES	
Lisliê Lopes Vidal Edna Rosa Correia Neves	
DOI 10.22533/at.ed.53219210821	

CAPÍTULO 22	251
ESTRATÉGIAS LEITORAS EM AMBIENTES DIGITAIS	
Luíza Selis Santos Santana	
DOI 10.22533/at.ed.53219210822	
CAPÍTULO 23	263
EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS SOBRE CONSCIÊNCIA, EDUCAÇÃO E TRANSDISCIPLINARIDADE A PARTIR DA INTERVENÇÃO DA EDUCADORA MARIBEL BARRETO	
Juliana Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53219210823	
CAPÍTULO 24	275
FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE RECORTE TEÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	
Heliasmyne Asthiliem Nascimento de Almeida	
Edir Vilmar Henig	
DOI 10.22533/at.ed.53219210824	
CAPÍTULO 25	287
FORMAÇÃO DOCENTE E O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM SALA DE AULA: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS	
Luciene de Moraes Rosa	
Luciana Akeme Sawasaki Manzano Deluci	
Marly Augusta Lopes de Magalhães	
Elídia Paula Cristino Bernardes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53219210825	
CAPÍTULO 26	296
IMPORTÂNCIA DA ARTE E DE RECURSOS AUDIOVISUAIS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	
Adrielly Ferreira Silva	
Augusto Monteiro Souza	
Rivete Silva Lima	
Nadja Larice Simão Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.53219210826	
CAPÍTULO 27	309
INDICADORES DE QUALIDADE NA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: A IDENTIDADE PROFISSIONAL EM QUESTÃO	
Josimar de Aparecido Vieira	
Marilandi Maria Mascarello Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.53219210827	
CAPÍTULO 28	326
INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DO REDUCIONISMO À MUDANÇA EPISTEMOLÓGICA	
Ana Cristina Souza dos Santos	
Akiko Santos	
DOI 10.22533/at.ed.53219210828	

CAPÍTULO 29	338
INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGOS À LUZ DO PENSAMENTO COMPLEXO	
Marilete Terezinha Marqueti de Araujo	
Taís Wojciechowski Santos	
Ricardo Antunes de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.53219210829	
CAPÍTULO 30	349
INTRODUZINDO O DESIGN DE INTERAÇÃO NO CURSO DE EDITORAÇÃO: CRIATIVIDADE NA CONCEPÇÃO DE PRODUTOS DIGITAIS DE ÚLTIMA GERAÇÃO	
Maria Laura Martinez	
DOI 10.22533/at.ed.53219210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	362
ÍNDICE REMISSIVO	363

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS AGRURAS NO ATUAL CONTEXTO EDUCACIONAL

Ivete Janice de Oliveira Brotto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Cascavel - Paraná

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos – São Paulo

Rosane Toebe Zen

Instituto Federal do Paraná
Palmas – Paraná

Tatiana Marchetti

Secretaria Municipal de Educação
Cascavel – Paraná

RESUMO: As políticas públicas de Avaliação da Educação Básica no Brasil foram criadas durante a década de 1980 com o propósito de realizar o diagnóstico da situação educacional e orientar o poder público na elaboração de ações que proporcionassem a melhoria da qualidade da educação. Da sua criação aos dias atuais, o foco dessas políticas sofreu alterações, impondo a docentes e alunos metas educacionais, as quais devem ser atingidas, tarefa que vem assumindo a centralidade do trabalho docente. Por esta razão, a investigação das concepções, dos princípios e dos fundamentos que sustentam ideologicamente as avaliações em larga escala assume fundamental importância nos estudos voltados às questões educacionais.

O objetivo deste artigo consiste em contribuir na compreensão das origens das políticas de Avaliação da Educação Básica no Brasil e da lógica que move estes processos. O trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, por meio da qual foram consultados obras e autores que ajudam na compreensão do panorama histórico das políticas de avaliação e dos impactos que elas promovem no trabalho realizado nas escolas. Embora reconhecendo que no plano material as políticas públicas de avaliação da Educação Básica tenham assumido a sua face mais perversa na realidade escolar contemporânea, acredita-se que tais concepções possam ser superadas, e que práticas avaliativas que atendam a perspectivas mais progressistas e humanizadoras venham a se tornar orientadoras do trabalho pedagógico realizado na escola.

PALAVRAS-CHAVES: Estado neoliberal. Políticas públicas de avaliação. Avaliação da Educação Básica. Meritocracia.

EVALUATION OF BASIC EDUCATION AND ITS CHALLENGES IN THE CURRENT EDUCATIONAL CONTEXT

ABSTRACT: The public policies of Evaluation of Basic Education in Brazil were created during the 1980s with the purpose of conducting the

diagnosis of the educational situation and orient the public power in the elaboration of actions that provide the improving of quality of education. From its creation to the present day the policies focus have changed imposing on teachers and students educational goals task that has been assuming the centrality of teaching work. For this reason the investigation of the conceptions, principles and foundations that sustain ideologically the large-scale evaluations assumes fundamental importance in studies focusing on educational issues. The goal of this article consists in contributing to the understanding of the origins of the policies of Evaluation of Basic Education in Brazil and of the logic that moves these processes. The article was based on bibliographic research through which were consulted texts and authors that helped in the understanding of the historical panorama of evaluation policies and the impact that they promote to the work in the schools. Although recognizing that in the material plane the public policies for evaluation of Basic Education have showed their most perverse face in the contemporary school reality, it is believed that such conceptions can be overcome, and that evaluative practices that attend the most progressive and humanizing perspectives will become guiding the pedagogical work carried out in the schools.

KEYWORD: Neoliberal State. Public policies of evaluation. Basic Education Evaluation. Meritocracy.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo do tema “Avaliação da Educação” assume importância no campo da pesquisa educacional em virtude de como as escolas têm absorvido as políticas públicas de avaliação e em alguns casos direcionado o trabalho pedagógico no atendimento dessas demandas. Por esta razão, muitos gestores, professores e alunos, compreendem a avaliação apenas a partir da conotação conservadora de controle, de padronização de resultados e de coerção.

Do ponto de vista pedagógico, no entanto, os processos avaliativos são importantes e necessários, fator que torna imprescindível compreender as condições por meio das quais as avaliações passam a assumir as conotações depreciativas que atualmente as caracterizam. A avaliação faz parte do cotidiano profissional dos sujeitos envolvidos com as práticas escolares, o que justifica a urgência de que novos sentidos a ela sejam atribuídos, os quais estejam vinculados às contribuições no trabalho pedagógico, caracterizadas pela dimensão formativa e de diagnóstico dos processos de ensino e da aprendizagem.

O objetivo deste estudo consiste em tecer um panorama histórico das políticas públicas de avaliação da Educação Básica no Brasil, bem como conhecer os mecanismos por meio dos quais são realizadas as avaliações em larga escala e a concepção que as fundamenta.

A preocupação maior diz respeito à identificação de que se encontra em curso um projeto societário e educacional a partir do qual se entende que aos professores devem ser conferidos prêmios ou sanções, que vão desde bonificações salariais a

outros recursos de controle, dependendo do seu desempenho profissional.

O desempenho do trabalho do professor passa a ser medido pelos resultados alcançados pelos alunos nos exames em larga escala. Esta situação é uma realidade em algumas redes nos Estados Unidos (RAVITCH, 2011) e na Europa (DUBET, 2004) há mais de uma década. No Brasil também existem algumas experiências orientadas por esta lógica (AUGUSTO, 2012; LUSTOSA, 2013).

A tendência de que as escolas assumam como função prioritária do seu trabalho melhorar as classificações promovidas pelas avaliações em larga escala provoca as preocupações que movem a realização deste estudo. Compreende-se que concepções mais avançadas de avaliação só poderão ser coerentemente propostas a partir da profunda compreensão dos sentidos assumidos atualmente, tarefa na qual este artigo se propõe a contribuir.

Para atingir este propósito, este trabalho apresenta um panorama histórico das políticas de Avaliação da Educação Básica no Brasil, destacando os contrastes entre a conotação que tais práticas assumem como discurso oficial e os sentidos que efetivamente assumem como prática escolar.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes bibliográficas, com base no estudo de obras e autores que contribuem para a compreensão da realidade educacional brasileira e dos impactos que as políticas de avaliação da educação básica vêm impondo a escolas, professores e alunos.

Embora se reconheçam as inúmeras dificuldades que os educadores enfrentam no que diz respeito ao exercício da profissão, das quais as políticas públicas de avaliação da Educação Básica acabam se tornando um obstáculo a mais a ser enfrentado, parte-se do pressuposto de que a compreensão da realidade consiste em aspecto fundamental para que se possam construir alternativas a esta mesma realidade.

2 | A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O discurso oficial apresenta à população – por meio dos veículos de comunicação e de outros instrumentos – as avaliações em larga escala como iniciativas governamentais tomadas para melhorar a qualidade da educação brasileira. A impressão que se tem é a de que tais medidas estão orientadas por concepções que visem à melhoria da condição de vida e de trabalho de docentes e de estudantes que participam destas avaliações.

O que o poder público não revela são as estreitas vinculações existentes entre baixo desempenho dos estudantes e a limitação ao acesso aos bens materiais, e aos bens culturais, por consequência. Omite, também, as reais condições de trabalho dos professores e os limites que estas condições impõem à efetivação dos processos de ensino e de aprendizado.

Neste sentido, verificamos um aumento acelerado dos ideários pedagógicos cada vez mais alinhados às exigências do capital, a exemplo do cumprimento de metas quantitativas. Tais metas são estipuladas sem considerar a realidade da comunidade escolar, não observa o grau de dificuldade que os profissionais das escolas enfrentam para realizar o trabalho escolar, e tampouco consideram as especificidades de cada aluno e a sua relação com o aprendizado dos conteúdos escolares. Embora as políticas de avaliação da educação sejam socialmente justificadas pela necessidade de melhoria da qualidade da educação, elas efetivamente acabam culpabilizando os sujeitos das escolas (gestores, professores e alunos) pelos resultados que alcançam. O Estado, assim, lava suas mãos diante dos índices, uma vez que os resultados não têm servido para orientar o poder público na identificação das escolas que mais necessitam de ajuda (FREITAS, 2011).

O que o poder público também não esclarece, é que as avaliações em larga escala que atualmente vigoram são efeitos de uma verdadeira “onda” avaliativa que surge de forma mais específica com a reestruturação do Estado brasileiro, em 1990, e que a própria reforma do Estado brasileiro foi concebida para atender aos interesses do capital.

Esta forma de ser do Estado está em consonância com as configurações do modo de produção do capitalismo recente, forjadas no interior das novas formas de ser da organização do trabalho, caracterizado pela incorporação do taylorismo/fordismo pela produção flexível/toyotista (HARVEY, 1992). Dentre as inúmeras características que podem ser atribuídas às novas configurações assumidas pelo Estado brasileiro a partir de 1990, uma delas diz respeito à sua proposição avaliadora (ZANARDINI, 2008). Tais pressupostos indicam que, para compreender as avaliações que são realizadas na Educação Básica para medir o desempenho de alunos, de professores e da escola, faz-se necessário buscar suas raízes na organização social da produção.

As palavras de “ordem” nos discursos parecem se repetir: qualidade no processo, reforma curricular, competitividade, novas tecnologias. Candau e Lelis (1999) nos alertam sobre a forte crença, que ainda perdura na contemporaneidade, no poder “redentor” da educação, como se as mudanças nos sistemas educativos fossem os eixos fundamentais para a superação de todos os problemas enfrentados na atualidade.

Atualmente, a avaliação da Educação Básica brasileira é realizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, instituído em 1990 e reformulado em 2005. Em caráter oficial, o propósito destas avaliações consiste em produzir informações sobre a realidade educacional por meio de provas que medem o grau de proficiência em português e matemática de alunos estudantes dos quintos e nonos anos do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio. Assinala como objetivo conhecer de forma mais profunda o sistema educacional brasileiro para avaliar a evolução da qualidade do ensino e para auxiliar na definição de ações voltadas para os problemas identificados (FERRÃO, *et. al.*, 2001). A avaliação apresenta-

se, portanto, do ponto de vista formal, com o propósito de diagnóstico do sistema educacional.

Desde 2007, os resultados dessas avaliações passaram a compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB que reúne em um só indicador o fluxo escolar e as médias dos desempenhos dos alunos nas avaliações, apresentando os resultados por estados, municípios, por dependência administrativa (privada, pública ou filantrópica) e por escolas. A partir de então foram instituídas as metas de elevação das notas alcançadas no IDEB, nas diferentes esferas administrativas.

A instituição do IDEB acentuou a preocupação por parte de professores e demais profissionais da educação no sentido de conduzir o ensino com o propósito de sucesso dos alunos nos resultados avaliativos dos exames. A assunção desta postura tem gerado como consequência a busca do bom desempenho como meta educacional, o que se evidencia mediante a observação de que algumas escolas passam a adotar como estratégia pedagógica a instituição dos períodos “preparatórios para os exames” como atividades integrantes do calendário escolar (BONAMINO; SOARES, 2012; ASSIS; AMARAL, 2013).

Cabe ressaltar que até o ano de 2018 o SAEB foi constituído de três avaliações: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC, caracterizada por comparar os resultados das escolas a partir do “ranqueamento” e exposição dos resultados; a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a prova Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA. As duas últimas mantinham o caráter efetivamente diagnóstico, uma vez que seus resultados não eram incorporados ao IDEB, e ao mesmo tempo, os dados apropriados cumpriam com a função de fornecer informações para orientar as ações governamentais para a solução de problemas educacionais.

Entretanto, são anunciadas mudanças para o SAEB a partir o ano de 2019. As siglas ANA, ANEB e ANRESC deixarão de existir e todas as avaliações passarão a serem identificadas pelo nome SAEB, mantendo-se a comparabilidade entre edições (BRASIL, 2018). Na prática, as mudanças significam a eliminação das avaliações que ainda preservavam o caráter diagnóstico e a instituição efetiva das avaliações comparativas e competitivas.

No que diz respeito à Prova ANA, cabe mencionar que o fenômeno da comparabilidade e competitividade já vinha sendo observado em algumas Secretarias de Educação e/ou estados brasileiros, que adotam como prática a exposição e comparação dos resultados obtidos pelas crianças em processo de alfabetização nas avaliações externas.

A título de exemplo, pode-se tomar como referência o conteúdo da matéria veiculada pelo “Portal FEE – Fundação de Economia e Estatística” do Rio Grande do Sul: “Alfabetização: média gaúcha supera a nacional”. Entre outras informações, a notícia apresenta um mapa do Brasil indicando as notas obtidas por cada estado na edição da Prova ANA no ano de 2014 e apresenta um *ranking* dos dez municípios gaúchos que atingiram as melhores posições em “nível adequado de escrita” e “nível

adequado de leitura”.

O grande problema da escola e da avaliação que dela é feita, reside no fato de estarem em sintonia com os interesses da classe dominante (GAMA, 2002). A adoção destes mecanismos de mensuração da qualidade do ensino tende a não surtir efeitos de melhoria no ensino, fato que já se observa em outros países nos quais se adotaram há mais tempo as provas *standard* como ferramenta de avaliação da eficiência de escolas (FREITAS, 2011, GAMA, 2009).

Este tipo de prova utiliza a *Teoria de Resposta ao Item* (TRI) como ferramenta para avaliar os conhecimentos dos alunos, ou seja, prova objetiva de múltipla escolha, o que permite que os resultados obtidos na prova, ou seja, o número de respostas com acerto ou erro, seja comparado entre os estudantes que responderam a uma mesma avaliação (BONAMINO; SOUZA, 2012).

Na mesma perspectiva, a adoção de mecanismos de gratificação por desempenho, como forma de premiação dos professores que conseguem que seus alunos atinjam os melhores resultados tem sido uma prática cada vez mais frequente nas redes municipais e estaduais de ensino.

Esta estratégia fundamenta-se em princípios privatizantes do trabalho escolar, que passa a ser considerado a partir de resultados individuais dos docentes. Preconiza, ainda, a organização da escola no mesmo formato que os negócios são organizados e, nesse sentido, parte-se do entendimento de que o que é bom para o mercado é bom para a educação (FREITAS, 2011).

Em última instância este processo de avaliação reforça a desvalorização dos professores que atuam em realidades educacionais que apresentam características sociais (pobreza, violência, dificuldade de acessar os instrumentos culturais) nas quais os docentes são incapazes de intervir (GAMA, 2002).

Cabe mencionar, a propósito de questionamento, uma alegoria proposta por Oliveira e Araújo (2005), em que os autores comparam de forma metafórica, a qualidade na produção de uma mercadoria – a caneta – e a mesma qualidade na oferta de ensino. Uma caneta de qualidade até pode ser produzida a baixos custos, o que resulta muito diferente no caso da educação, pois a qualidade de ensino depende de massivos investimentos.

A preocupação que reside nestas proposições é a de que elas minam o ato educativo como ato de solidariedade, razão pela qual, ainda de acordo com os mesmos autores, a escola não pode incorporar os princípios do mercado, até mesmo porque, no mercado há ganhadores e perdedores, princípio esse que deveria ser evitado na educação.

3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

O conceito de avaliação pode ser tomado, no seu sentido mais estrito, como “a exigência de um acompanhamento e de um controle, seja da alocação e da otimização de recursos, seja da prossecução, do alcance, da colimação dos fins propostos” (NETTO, 2003, p. 16).

Em se tratando das avaliações educacionais realizadas em larga escala, estas normalmente trazem como objetivo e foco principal a mensuração da qualidade de ensino no interior das instituições, das redes municipal e estadual de ensino, e em nível nacional, gerando expectativas para a solução de problemas enfrentados historicamente e cujas origens se encontram em outras instâncias de desenvolvimento do país. Zanardini (2012), porém, alerta para outros objetivos dos sistemas de avaliação:

A avaliação educacional realizada por meio de testes padronizados em larga escala, consubstanciada na lógica da racionalidade econômica, se mostra como um importante mecanismo de controle social, por determinar os padrões mínimos de eficiência educacional ‘capazes’ de incrementar a produtividade dos pobres (ZANARDINI, 2012, p. 101).

Nessa perspectiva, a educação eficiente desponta como uma conquista a “ser realizada pela escola”, no que tange ao aspecto quantitativo. A educação considerada eficiente é aquela valorada pela meritocracia, na qual os resultados são divulgados para acesso de toda a sociedade. Por este princípio, “independente do rendimento obtido pelos alunos, essa educação medida cumpre bem o seu papel de conformadora frente às desigualdades sociais, às quais se presta como justificativa” (ZANARDINI, 2012, p. 2).

Ainda de acordo com Zanardini (2012), a avaliação escolar meritocrática tem como papel principal servir de instrumento de conformação, pois, os desempregados, ou os que trabalham de modo informal, acabam por compreender que estão nesta situação por não possuírem a qualificação adequada às exigências do mercado de trabalho. Neste sentido, ocorre a culpabilização do sujeito pela situação de pobreza em que vive.

A educação eficiente, como promotora de mobilidade social, atua em dois sentidos:

[...] por um lado é veiculada a ideia de que por meio de uma educação de qualidade seria possível aos pobres saírem de sua pobreza e, por outro, uma educação considerada ineficaz, precária em seus resultados avaliativos, não forneceria condições ao pobre para a superação do seu estado (ZANARDINI, 2012, p. 105).

Segundo a perspectiva neoliberal, os processos de escolarização são determinantes na superação das desigualdades. Desse modo, a baixa escolaridade é compreendida como responsável pela desigualdade de renda, tornando-se um

obstáculo para o desenvolvimento econômico e social (XAVIER; DEITOS, 2006).

Ao compreender o aparelho educacional como uma parte isolada da sociedade, tende-se a analisar também as avaliações em larga escala isoladas do processo escolar. Com isso, corre-se o risco de compreender a educação na sua perspectiva conservadora, na forma de controle social, em prejuízo ao seu papel inovador. Acaba-se por considerar que a sociedade não necessita de grandes mudanças. “Nesse contexto, o papel da escola será preservar o tipo de sociedade prevalecente (os padrões dominantes) e garantir-lhes cada vez maior eficiência e produtividade” (SAVIANI, 1978, p. 57).

No que se refere aos resultados educacionais oriundos de instrumentos avaliativos em larga escala, os baixos escores tendem a justificar a pobreza de um contingente populacional. Assim, a pobreza deixa de ser considerada fruto das relações produtivas e passa a ser fruto dos baixos escores da educação escolar. “Neste sentido, os sujeitos do processo educacional são incitados a aceitar como foco de luta a melhora dos escores avaliativos e não a mudança radical na forma de produzir e repartir o produzido no bojo do capitalismo” (ZANARDINI, 2012, p. 106).

Embora a escola tenha cumprido historicamente as funções determinadas pela classe social dominante, os trabalhadores têm conseguido conquistar espaços de mediação, nos quais de alguma forma, os anseios da classe trabalhadora são atendidos, tendo em vista os momentos em que a escola promove reflexões, resistência e a superação de problemas e conflitos sociais.

Ainda que se reconheça que nem todo o trabalho realizado na escola seja transformador, não se pode ignorar que a escola tem sido palco de manifestações que atendem prioritariamente aos interesses da classe trabalhadora. Mostra disso são as greves, as ocupações das escolas (que marcaram de forma muito atípica o calendário escolar do ano letivo de 2016 no estado do Paraná) ou ainda, as situações nas quais os professores orientados por uma concepção teórica transformadora fazem de suas aulas verdadeiros momentos de conscientização social e formação política.

Saviani (1978) reforça que da forma como a escola está organizada, acaba exercendo funções que refletem a atual organização social, de modo que aparentemente não se possam vislumbrar transformações por meio da educação escolar. Assim, “é preciso, pois, encarar a educação para além das suas fronteiras, situando-a no seio da prática social global e procurando compreendê-las ali onde aparece como categoria mediadora” (SAVIANI, 1978, p. 59).

Nessa direção, faz-se necessário compreender que o atraso nacional diagnosticado por uma argumentação ideológica dissimuladora, só vem mostrar que a atual política educacional é eficiente no que concerne a revelar as desigualdades e a miséria social do nosso país, embora seja considerada ineficiente quando são considerados os resultados obtidos por escolas, professores e alunos nos exames de avaliação em larga escala.

A sua eficiência, portanto, limita-se à sua função ideológica, ou seja, acaba justificando (como sempre o fez o liberalismo), o mau desempenho, pela ausência ou má qualidade da educação. Essa dissimulação das causas reais dos problemas só faz agravá-los. Concentram-se os esforços sociais na área da educação, quando ela, na ausência de mudanças estruturais, é incapaz de operar transformações que possam atender às efetivas necessidades educacionais e culturais do país, promotoras da emancipação humana (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 83).

Ao traçar algumas análises a respeito da forma como a educação brasileira tem sido avaliada, em seus diversos âmbitos, percebe-se que há muitas lacunas na tentativa de corrigir as defasagens existentes neste processo, verificadas pelos índices avaliativos. Neste viés, acabam se acentuando as diferenças e reforçando os graus de comparação entre um e outro sujeito, entre uma e outra instituição de ensino, quando o principal objetivo deveria ser o repensar de estratégias para a oferta de igualdade de condições para que todos os sujeitos envolvidos neste processo pudessem de fato aprender, não somente pensadas do ponto de partida, mas no decorrer de todo o processo.

Desta forma, cabe reconhecer que ainda há muitos desafios que o sistema educacional brasileiro terá que enfrentar para que possamos chegar a níveis de aprendizagem satisfatórios, em que a responsabilidade pelos resultados das avaliações não seja atribuída a sujeitos isolados, e sim a todo um processo visto enquanto prática social, em que os sujeitos possam se ver como parte integrante deste processo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto buscamos tecer algumas considerações acerca das concepções e origens das avaliações da Educação Básica no Brasil, as quais são realizadas em larga escala, identificando os objetivos presentes nos discursos oficiais, refletindo sobre a forma como tais avaliações vêm sendo realizadas e a que propósitos têm atendido.

De forma contrária ao que vem sendo imposto pelas políticas públicas de avaliação da Educação Básica, os profissionais que atuam em algumas escolas resistem e insistem em adotar práticas avaliativas que estão em consonância com outro prisma, ou seja, o de avaliar os alunos sob uma concepção e orientação teórica e metodológica fundamentadas na perspectiva da superação da sociedade marcada pela cisão de classes.

Essas experiências avaliativas que destoam das orientações que são produzidas para atender à lógica do Estado neoliberal são ainda pouco conhecidas e merecem ser investigadas. O desafio de estudar e dar visibilidade às práticas pedagógicas dos profissionais da educação que se comprometem em fazer a diferença no trabalho escolar está lançado e constitui um compromisso das autoras deste artigo em

contribuir nessa tarefa em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. M; AMARAL, N. C. Avaliação da educação: por um sistema nacional. **Retratos da Escola**, v. 7, n. 12, p. 27-47, 2013.

AUGUSTO, M. H. Políticas de Resultado e o Trabalho Docente em Minas Gerais nos últimos dez anos. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v.2, n.2, p. 436-457. Jul./Dez. 2012.

BONAMINO, A.; SOUZA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. **SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica (2018)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>>. Acesso em 11/04/2019.

CANDAU, V. M; LELIS, I. A. A Relação Teoria-Prática na Formação do educador. In: CANDAU, V. M (Org.). **Rumo a uma Nova Didática**. 10 ed. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 56-72.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FERRÃO, M. E. *et. al.* O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.18, n.1/2, p. 111-130, jan./dez. 2001. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol18_n1e2_2001/vol18_n1e2_2001_7artigo_111_130.pdf> Acesso em: 22/11/2016.

FREITAS, L. C. Responsabilização, Meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?" In: **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 3**; Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, fev. 2011, p. 1-35. Disponível em: <<https://xa.yimg.com/kq/groups/13407446/523410334/name/TEcto+CEDES+Final.docx>>. Acesso: 21/02/2015.

GAMA, Z. Avaliação do desempenho dos alunos no Programa Nova Escola/RJ: Competências, habilidades e exclusão social. **Revista Teias**, ano 3, n. 6, p. 1-14, jul/dez 2002. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23928/16901>> Acesso em: 21/08/2014.

_____. Avaliação Educacional: para além da unilateralidade objetivista/subjetivista. **Revista Estudos de Avaliação Educacional**. v. 20, n. 43, p.187-200, mai/ago 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1488/1488.pdf>>. Acesso em: 22/01/2015.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LUSTOSA, I. N. **O “Prêmio Professor Alfabetizador” como política de remuneração meritocrática**: o que pensam os professores, gestores educacionais e dirigentes sindicais. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Piauí. 2013. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/IreneLustosaDISSERTA.pdf>> Acessado em: 22/09/2014.

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G. e RIZZOTTO, M. L. F. (Orgs.) **Estado e Políticas Sociais**: Brasil – Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 11-28.

OLIVEIRA, R. P; ARAÚJO; G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação? **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-24, Jan/Fev/Mar/Abr 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/est1_37.pdf> Acesso: 21/08/2014.

PORTAL FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Alfabetização:** média gaúcha supera a nacional. Publicado em 10/10/16. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/noticias/alfabetizacao-media-gaucha-supera-nacional/>>. Acesso em: 27/02/2017.

SAVIANI, D. O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira. In: **Revista da Associação Nacional de Educação**. São Paulo: Ano I, n. 7, p. 9-13, 1984.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano:** Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

XAVIER, M. E. S. P; DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, R. A. e RODRIGUES, R. M. (Orgs); *et al.* **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS/Unicamp/FE/PRAESA/HISTEDBR/LAPPLANE, 2006, p. 67-86.

ZANARDINI, J. B. A educação eficiente como estratégia para o alívio da pobreza. In: **Germinal: marxismo e educação em debate**, v.4, n.2, p. 100-109. 2012.

_____. **Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91269>> Acesso em: 22/08/2014.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 174, 175, 182

Avaliação contínua 37, 42

Avaliação da Educação Básica 49, 51, 52, 58, 59, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 191, 258, 262

Avaliação institucional 47, 73

B

Bases Tecnológicas 14

C

Cidadania Planetária 98, 99

Conectivismo 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 97

Construcionismo 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96

Currículo Escolar 137

D

Debate Paradigmático 115, 116

Desenvolvimento profissional 149, 153, 155, 160

E

Educação de Jovens e Adultos 14, 107, 209, 210, 214, 217

Educação Domiciliar 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Educação Profissional e Tecnológica 105, 106, 109, 113, 114, 362

Estado neoliberal 49, 57

Estratégias de ensino-aprendizagem 105

F

Formação continuada 114, 338, 343

Formação de professores 13, 36, 135, 149, 362

Formação omnilateral 105

G

Graduação presencial 37

I

Identidade Cultural Negra 137

Informática Educativa (IE) 86
Informática na Educação 1, 13, 87
Inovação Pedagógica 161, 167
Instrucionismo 86, 87, 88, 89
Internet das Coisas 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24

L

Literatura infantil 174

M

Meritocracia 49, 58

P

Paulo Freire 17, 93, 119, 123, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 210, 220, 234, 307, 324, 330
Pensamento Complexo 329, 338, 339, 340, 341, 342, 346, 347
Perfil Computacional 1
Performatividade 149
Políticas públicas de avaliação 49, 73
Prática docente 25
Projeto de Vida 98, 101, 102
Projeto político-pedagógico 73

R

Regulação social 149
Resignificações 149

S

Saúde Comunitária 98, 102, 104
Saúde Ecológica 98, 101, 102, 103, 104
Socialização 199

T

Tecnologias e Mídias digitais 338, 343, 347
Transdisciplinaridade 263, 267, 272, 274, 326, 327, 329, 332, 337, 348

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-553-2



9 788572 475532